

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA
GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA

Matheus Marques da Costa

**PERFIL DE CÃES RESIDENTES EM UMA ORGANIZAÇÃO NÃO
GOVERNAMENTAL DA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG**

Uberlândia – MG

2024

MATHEUS MARQUES DA COSTA

**PERFIL DE CÃES RESIDENTES EM UMA ORGANIZAÇÃO NÃO
GOVERNAMENTAL DA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Medicina Veterinária (FAMEV) da
Universidade Federal de Uberlândia
como pré-requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em
Zootecnia.

Orientadora: Prof. Dr. Janine
França.

Uberlândia – MG

2024

RESUMO

Com o aumento do abandono de animais, o papel das Organizações Não-Governamentais (ONG's) é de muita importância, uma vez que mesmo que haja a necessidade de que haja políticas públicas visando os três pilares da saúde única e do bem-estar único, o abandono dos animais vem se tornando um agravante. Assim, o presente trabalho teve como objetivo caracterizar os cães resgatados em uma organização não-governamental da cidade de Uberlândia-MG, por meio de levantamento de dados a campo. O trabalho foi desenvolvido por meio da análise de variáveis ligadas a preferência de adoção como sexo, idade, comportamento, porte, adoção anterior, motivo de resgate. Após, a análise foi feita relacionando entre si, por meio do teste qui-quadrado de Person com significância de até 5%. foi possível concluir que nenhuma das variáveis apresentou associação estatisticamente significativa entre si. O trabalho das ONG's é fundamental, assim, por meio dessa pesquisa, é possível difundir informações ligadas a fatores como o sexo, por exemplo, não estão diretamente ligados com o comportamento, dados estes pouco difundidos na literatura, que podem auxiliar no direcionamento de ações dentro de instituições deste ramo.

Palavras-chave: abandono; adoção; preferência; adotantes; cães.

ABSTRACT

With the increase in animal abandonment, the role of Non-Governmental Organizations (NGOs) is of great importance, since even if there is a need for public policies aimed at the three pillars of unique health and unique well-being, The abandonment of animals has become an aggravating factor. Thus, the present work aimed to characterize dogs rescued from a non-governmental organization in the city of Uberlândia-MG, through field data collection. The work was developed through the analysis of variables linked to adoption preference such as gender, age, behavior, size, previous adoption, reason for rescue. Afterwards, the analysis was carried out by relating them to each other, using Person's chi-square test with significance of up to 5%. it was possible to conclude that none of the variables showed a statistically significant association with each other. The work of NGOs is fundamental, so, through this research, it is possible to disseminate information linked to factors such as sex, for example, which are not directly linked to behavior, data that is little disseminated in the literature, which can help guide actions within institutions in this sector.

Keywords: abandonment; adoption; preference; adopters; dogs.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 REVISÃO DE LITERATURA	6
2.1 Abandono e maus tratos de pequenos animais em centros urbanos	6
2.2 Consequências do abandono	8
2.3 Legislação vigente relativa ao abandono de animais	9
2.3.1 À nível nacional	9
2.3.2 À nível municipal	10
2.4 Organizações não governamentais (ONG's) e seu papel.....	12
2.5 Motivações para a adoção.....	13
2.6 Preferências de adoção	16
2.7 Comportamento de animais em abrigos	17
3 METODOLOGIA	19
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5 CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Artigo 388º da Constituição Brasileira é dever do tutor guardar, vigiar ou assistir animais de companhia, de modo que o abandono e colocação do animal em perigo a sua alimentação e prestação de cuidados devidos é passível de punição com pena de prisão de até 6 meses ou pena de multa até 60 dias (BRASIL, 1988). Em 2020, com a aprovação da Lei Federal 14.064/20, teve-se o aumento da pena de maus-tratos com reclusão de dois a cinco anos, multa e proibição da guarda, quando se tratar de cão ou gato.

Apesar deste fato, no ano de 2022 cerca de 30 milhões de animais se encontravam abandonados nas ruas do Brasil (Silva, Paes, 2023), desconsiderando o fato de que os animais são seres sencientes, capazes de sentir emoções como o medo, tristeza e felicidade.

Garcia, Calderón e Ferreira (2012) afirmaram em seus estudos que o abandono de animais se configura como um problema de saúde pública e de bem-estar animal, possuindo aspectos religiosos, culturais e socioeconômicos envolvidos, além do fato de haver aspectos demográficos, ecológicos e o grau de desenvolvimento dos países associados a gravidade às tratativas do problema.

Nesse sentido, o papel das Organizações Não-Governamentais (ONG's) de acolhimento e proteção de animais se torna ainda mais importante, uma vez que mesmo que haja a necessidade de que haja políticas públicas visando os três pilares da saúde única e do bem-estar único, ou seja, a saúde e o bem-estar de humanos, animais domésticos e selvagens, plantas e o meio ambiente, essas não são devidamente aplicadas no dia a dia brasileiro (Silva, Paes, 2023).

Tendo em vista esse fato, o presente trabalho teve como objetivo caracterizar os cães residentes em uma organização não-governamental da cidade de Uberlândia-MG, por meio de levantamento de dados a campo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Abandono e maus tratos de pequenos animais em centros urbanos

De acordo com a Associação Mundial de Veterinária, no mundo há em torno de 200 milhões de cães abandonados, sendo que destes, 15% são encontrados no território brasileiro. Segundo Constantino (2021), o ato de abandonar ou maltratar um animal é consequência de um modelo social histórico onde os animais são utilizados de forma excessiva pelos ser humano.

Salles (2014) conceituou o abandono como o ato realizado pelos próprios tutores dos animais, deixando-os em locais ermos e se eximindo de responsabilidades, desistindo de manter o animal em condições dignas. Além disso, o autor menciona que se trata de um ato de violência e que é considerado um delito grave.

O abandono fere os princípios que são inerentes a guarda responsável, já que os tutores tem como obrigação dispor de um espaço limpo e confortável, assistência médica veterinária, alimentação adequada e vacinação (Constantino, 2021). Neste contexto, são apontados como principais motivos para o abandono o acometimento de doenças, mudança de residência, dissolução conjugal, velhice e questões econômicas (Natalino, 2016).

Os animais, ao pertencerem a um ciclo, passam a integrar a rotina da família que o adotara, e desde que não acometido por doenças fatais e devidamente cuidado, permanecerá por anos e consequentemente gerará gastos e necessidades, sendo que a falta de planejamento familiar e financeiro na aquisição do animal se torna um dos principais motivos para o abandono (Garcia, 2009).

De acordo com Alves *et al.* (2013) nos Estados Unidos, a maioria das causas de entrega de animais a abrigos são problemas comportamentais dos animais e por mudanças na disponibilidade de espaço, seguidos da quebra de expectativas quanto aos cuidados necessários, apontando insucesso na posse ou falta de conhecimento quanto a questões como o fato de que é necessário que o animal reproduza antes de realizar uma castração, por exemplo.

No que tange os maus-tratos, Salles (2014) classifica como a submissão a tratamento cruel, como o próprio abandono, as agressões físicas, envenenamento, mutilações, aprisionamento do animal, falta de higiene, a não

alimentação, não cuidado com doenças e execução de atividades exaustivas, podendo gerar agravantes à saúde do animal.

Siqueira (2023) afirmou ainda que o abandono não se limita ao fato de deixar o animal na rua em si, mas ao sofrimento que se alarga até o resgate, tendo em vista que em alguns casos este pode não ocorrer. A quantidade populacional de animais nas ruas alcança número incalculáveis nas ruas, sendo agravada em razão do acelerado grau de reprodução desses (Santana; Oliveira, 2006).

É válido ressaltar que os animais, conforme mencionado por Andrade e Zambam (2016) possuem sentiência, ou seja, capacidade de sentir emoções através das situações vivenciadas como a dor, angústia, solidão, amor, alegria e raiva, sendo que animais abandonados são afetados significativamente por sua experiência negativa.

Deste modo, é apontado por Santana e Oliveira (2006) que a persistência de atos de violência aos animais é associada a ignorância humana quanto a conscientização do valor da vida do animal, como um ser que sente emoções, possui necessidades e direitos.

Segundo Azevedo (2020), nos últimos anos o abandono foi agravado em decorrência da pandemia mundial de COVID-19, sendo que os tutores abandonaram seus animais principalmente pela crença na falsa premissa de que os animais domésticos eram transmissores do vírus, ou pela redução de seu poder aquisitivo.

A carência de campanhas educativas visando a compreensão da guarda responsável, a falta de ação e as estratégias ineficazes por parte do poder público e da sociedade facilitam o abandono animal. O amparo legal precário gera a sensação de impunidade, vinda do segmento que detém maiores condições de combate ao problema (Lima, 2012).

A taxa de abandono cresce significativamente nos períodos entre dezembro e março, sendo mencionado por Queiroz *et al.* (2019) que este período compreende o período de festas do final do ano até as férias e carnaval, já que as pessoas tendem a querer viajar, e deixam para trás o animal de estimação com familiares, amigos, e se não encontram ninguém para cuidar colocam o animal nas ruas. Poucos são recolhidos por protetores, enquanto a maioria passa fome e podem morrer doentes ou atropelados.

Conferir proteção aos animais se consagra como uma questão que vai além da relação de afeto, estando diretamente ligada a ética de responsabilidade. Assim, a proteção envolve a sociedade visando gerar bem-estar ao animal abandonado, sendo erroneamente associado pelo ex-tutor como uma justificativa para o seu abandono, que pressupõe que outro alguém acolherá o ser abandonado, por um dever moral, bem como encaminhá-lo para a adoção responsável, proporcionando as garantias do bem-estar (Matos, 2012).

2.2 Consequências do abandono

Garcia, Calderón e Ferreira (2012) afirmaram em seus estudos que o abandono de animais se configura como um problema de saúde pública e de bem-estar animal, possuindo aspectos religiosos, culturais e socioeconômicos envolvidos, além do fato de haverem aspectos demográficos, ecológicos e o grau de desenvolvimento dos países associados a gravidade às tratativas do problema.

De acordo com Junior e Machado (2018) os animais que são submetidos a maus tratos e abandono estão propícios ao acometimento de doenças e podem gerar acúmulo de dejetos, contaminando o solo e a água, se tornando fômites para a transmissão de zoonoses, tais como a raiva, cólera, toxoplasmose, giardíase, enterocolite, infecção bacteriana por mordedura ou arranhão, leptospirose, entre outras zoonoses.

Segundo Gonçalves (2016) a raiva é um problema de saúde pública presente há um bom tempo e mesmo com a descoberta de sua vacina, que auxilia como medida profilática, não houve erradicação desta no meio urbano, e os animais da espécie canina são os principais transmissores, agravando ainda mais a situação dos animais que são encontrados nas ruas. Ao acometer seres humanos, esta é fatal.

Além das zoonoses, existem também as zoonoses emergentes, que diariamente surgem de uma forma na qual é resultante de algumas trocas de mutações de doenças que trazem grande risco para a nossa sociedade (Gonçalves, 2016).

Além disso, os cães e gatos de rua não são assistidos por médicos veterinários, bem como possuem contato limitado com seres humanos, gerando ausência de elo afetivo como o encontrado em cães que possuem tutores, assim

apresentam um índice elevado de agressividade como ato de defesa, podendo ocasionar acidentes aos condutores de bicicletas, motocicletas e carros, levantando ainda o risco de mordidas e arranhões em pedestres que circulam nas vias (Junior, Machado, 2018).

Segundo Oliveira e Gomes (2019), os animais abandonados, além dos fatos mencionados, associados ao comprometimento do tráfego de veículos e pedestres, espalham lixo e deixam resíduos fecais em locais públicos, como praças, ruas e calçadas. A ausência de cuidados e a falta de controle populacional destes animais, prejudicam não somente o meio ambiente, como também a população das cidades e os animais em questão.

Ao realizar um levantamento acerca dos atendimentos de luxação coxofemoral no Hospital Veterinário da Universidade Federal de Santa Maria, nos anos de 1997 a 2006, Barbosa e Schossler (2009), concluíram que a maioria das afecções ortopédicas nos cães e gatos ocorrem devido aos traumas ocasionados por atropelamento, fazendo com que a ocorrência de acidentes se configure como um ponto de atenção, já que pode ocasionar em agravantes no sistema de saúde.

2.3 Legislação vigente relativa ao abandono de animais

2.3.1 À nível nacional

De acordo com Muraro e Alves (2014), a proteção por lei referente aos animais teve seu início em 1924, por meio do Decreto 16.590, pelo qual proibia “divertimentos” como brigas de canário e, também, de galo, corridas de touros, dentre outras “diversões” em que os animais eram maltratados.

Posteriormente, no Governo de Getúlio Vargas, em 1934, foi promulgado o Decreto nº 24.645, onde os maus tratos aos animais se configuravam como contravenções penais e depois este decreto foi incluído na Lei Federal nº 3.688 de 1941, regulamentando Contravenções e que mais tarde, foi revogada pelo Decreto nº 11 de 1991 (Muraro; Alves, 2014).

Em 1988, os animais passam a ser legislativamente protegidos pelo Estado, sendo tutelados pelo mesmo, ao qual cabe a função de protegê-los. O Poder Legislativo começou a se preocupar com a saúde dos animais e sancionou mudanças no Decreto nº 5.197 de 1967, tornando crime inafiançável aqueles cometidos contra animais silvestres, sendo excluídos os maus tratos contra

animais domésticos e sendo considerada uma falha histórica quanto às determinações (Martinhago; Magalhães, 2019).

Pode-se destacar ainda que no artigo 225 da Constituição Federal de 1988 é frisado o dever fundamental de proteção aos animais, caracterizando os animais como sujeitos dotados de personalidade jurídica, para a prática da defesa de seus direitos básicos em Juízo, dentre estes direitos, o mais importante, a vida, sob as mais diversas e necessárias formas (BRASIL, 1988).

Somente 10 anos depois, em 1998, surge a Lei Federal nº 9.605 denominada Leis dos Crimes Ambientais, impondo aos autores penalidades pelos maus tratos e sanções administrativos e penais (Muraro; Alves, 2014).

Esta lei foi alterada através da Lei nº 14.064, de 29 de setembro de 2020, no qual elucida sobre o que são os maus-tratos e a penalidade sofrida pelo agressor (BRASIL, 1988):

Art.32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:
 §1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.
 § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Deste modo, efetuar abuso e maus-tratos aos animais domésticos passam a ser tratados efetivamente como crime na esfera do Direito Penal, sendo considerado um avanço legislativo, mas que possui baixa eficácia, eficiência e aplicabilidade, conforme mencionado por Martinhago e Magalhães (2019).

Visando o controle do aumento descontrolado de animais nos grandes centros, o Governo Federal, promulgou a Lei nº 13.426, de 30 de março de 2017, que infere sobre a política de controle da natalidade de animais domésticos, especialmente, de cães e gatos. Mas, apesar da criação desta, a grande maioria dos Estados não foram contemplados com programas assegurados pelo governo, englobando essas questões, se tornando um sério em todas as regiões do país (Duarte, 2022).

2.3.2 À nível municipal

Em 2011, foi publicado no Diário Oficial do Município Nº 3626-A, possuindo duas sessões com menção a direitos de animais e das atribuições dos tutores, onde, na seção IV, conferia aos proprietários de animais a responsabilidade diante da posse de animais, por meio do inciso 2 do artigo 90, enquanto que na seção V, no artigo 97 eram determinadas praticas vedadas de realização em animais, como a obrigatoriedade de trabalhos exorbitantes, venda para menores desacompanhados de responsável etc. sendo os primeiros indícios legislativos da proteção de animais na cidade de Uberlândia – MG (PMU, 2011).

Apesar da menção no diário do município, a cidade somente dispôs de políticas públicas oficiais para suporte desta problemática em 18 de abril de 2016, por meio da Lei nº 12.404, que estabelece sanções e penalidades administrativas para as pessoas que praticam maus-tratos na cidade (PMU, 2016).

Conforme a lei é de responsabilidade de todo cidadão uberlandense o respeito integral aos animais, sendo vedadas práticas de maus-tratos, exploração e qualquer forma de agressão aos animais, gerando a obrigatoriedade do Município em promover educação ambiental, dispor de locais apropriados aos animais e representação adequada na efetivação da tutela jurídica dos animais (PMU, 2016).

Nos limites do município é determinado ainda que seja de responsabilidade de estabelecimentos destinados à venda de produtos pet, alojamentos, clínicas, consultórios e hospitais veterinários informar de forma imediata a ocorrência de maus-tratos quando estes são constatados, sendo determinado este ato como toda e qualquer ação decorrente de imprudência, imperícia ou ato voluntário e intencional, que atente contra sua saúde e necessidades naturais, físicas e mentais, incluindo o abandono (MPMG, 2024).

Segundo o estabelecido pela lei, a ação administrativa a ser empregada em casos de agressão aos direitos dos animais pode resultar em multas de R\$ 200,00 a R\$ 10.000,00, de acordo com a gravidade do ocorrido e os antecedentes do agente infrator (PMU, 2016).

Diante de ações de recolhimento de animais abandonados ou submetidos a outros tipos de maus-tratos, estes animais são destinados a organizações

responsáveis pelo cuidado dos animais para que sejam adotados pela comunidade (PMU, 2016).

Em 2021, em razão do projeto de Lei Ordinária 484, desenvolvido pela vereadora Liza Prado, foi possibilitado conferir aos atos de maus-tratos maior agravante devido a morte do animal, visando equiparar a lei já existente e que se consagrava como mais abrangente, incluindo ainda o fato de que todo e qualquer ato que dificultar ou impedir o fornecimento de água e de alimentos a cães e gatos em situação de rua, se consagrava como passível a sanções administrativas (Prado, 2021).

Apesar das tratativas da lei, de acordo com dados da APA (2021) desde o início da pandemia, o abandono de animais na cidade de Uberlândia, foco do presente estudo, cresceu 50% e o número de doações para organizações tutoras destes animais reduziu 30% (MARTINS, 2021).

2.4 Organizações não governamentais (ONG's) e seu papel

Segundo Matos (2012), proporcionar bem-estar a animais de rua é um ato de compaixão e uma forma de acolher os sentimentos desses animais, colocando em prática a vida digna que tanto merecem. A proteção destes animais se dá por meio de um conjunto de atividades e medidas que não restringem ao ser humano a submissão a emoções, mas também os animais, sujeitos a maus-tratos e crueldades diárias, em evidência os animais domésticos, que precisam do seu tutor para viver.

Assim, uma grande parte desses animais, que são vulneráveis, estão sob tutela de Organizações Não Governamentais (ONGs), além dos Protetores Independentes que assumem o compromisso de mantê-los e facilitar a adoção voluntária (Nascimento, 2019).

De acordo com Carrion (2000) as ONGs se caracterizam como pertencentes ao Terceiro Setor da economia, já que são entidades que se enquadram como sem fins lucrativos, não havendo interesse econômico em sua natureza, até instituições filantrópicas, fundações, projetos sociais, entre outras.

Estas fundações, associações, institutos como toda organização que não tenha como sua principal função o lucro, são consideradas como sendo empresas que servem na atuação da prestação de serviços em diversas áreas,

não podem assumir limitações no que se refere à atividade desenvolvidas pelas instituições (Pena, 2013).

As ONGs de proteção animal na maioria das vezes realizam resgates de animais de rua, principalmente aqueles animais vítimas de violência, que necessitam de amparo médico veterinário de imediato. Segundo Matos (2012), estes locais tem papel indispensável no acolhimento e no cuidado de animais em estado de vulnerabilidade, possuindo política interna para a posse responsável, na garantia de um ambiente saudável ao animal adotado.

Boa parte dessas organizações se mantêm somente por doações e por ações voluntárias, de modo que o número de animais adotados é inferior ao número de animais recebidos e problemas como descontrole populacional também atingem seu funcionamento, que enfrentam uma verdadeira saga para cuidar do expressivo número de animais, na garantia de abrigo, alimentação, cuidados veterinários e zelo (Matos, 2012).

Devido a este cenário, o Estado tem como obrigação atuar em ações que visem o combate ao abandono, mas que na maioria das vezes não são realizadas de forma adequada, sem direcionamento eficaz de recursos para o fomento de atividades como a castração, para o controle populacional, ou a própria realização de atividades que gerem conscientização quanto a responsabilidade do tutor (Silva; Cassiano, 2011).

O papel do Estado é proteger os interesses destes animais e também representá-los em termos de bem-estar. Em grande parte do tempo, os animais abandonados dependem de boas ações de pessoas que simpatizam com a sua situação precária. A criação de condições legalmente favoráveis exige a obrigação moral da sociedade de proteger os direitos dos animais. A integridade do animal abandonado é um apelo à conscientização do recolhimento com destinação saudável para o animal (Silva; Cassiano, 2011).

2.5 Motivações para a adoção

A indústria de alimentação animal é um mercado em crescimento devido ao alto nível de comercialização de animais e produtos afins. Em geral, o principal fator motivador desta indústria advém do vínculo emocional que se criou entre o consumidor humano e o seu companheiro animal (Holbrook; Woodside,

2006), pois na situação de possuir um animal, as pessoas assumem a responsabilidade pelas suas necessidades.

Contudo, a aquisição não planejada de animais pode ter consequências negativas tanto para os animais envolvidas como para a própria sociedade. Segundo Tesfom e Birch (2013), a fase inicial da experiência do animal é crucial, pois a adaptação dos tutores à rotina exigida pelos animais leva a um aumento no número de animais perdidos e abandonados. Esse comportamento leva os animais a abrigos administrados por organizações sociais ou pelo Estado.

Sem dúvida, o abandono, os abusos e as eutanásias desnecessárias são problemas centrais para o coletivo dos animais domésticos, e a razão da ação das organizações sociais diante das dificuldades do modelo estatal para cuidar de todos os seres vivos. Existem estudos na literatura das ciências sociais e do comportamento do consumidor que avaliam as condições comportamentais das pessoas em relação aos animais. Por exemplo, Belk (1996) confirmou em sua pesquisa a tendência das pessoas de considerarem seus animais de estimação membros da família, antropomorfizando-se e incluindo-os nas celebrações e costumes familiares.

Do ponto de vista demográfico, Herzog (2011), descobriu que as mulheres são mais propensas a ter atitudes e comportamentos positivos em favor das causas animais do que os homens. Em geral, foi identificado um conjunto bem definido de motivações que fazem com que as pessoas estejam dispostas a cooperar com a razão e a organização social através de comportamentos favoráveis, especialmente a cooperação financeira, o uso do tempo e a adoção de animais.

Os principais motivos são alegria, saúde, direitos e compaixão. Quanto ao prazer, já foi comprovado diversas vezes que os animais de estimação trazem alegria e bem-estar aos seus donos. Com base numa relação harmoniosa e mutuamente benéfica, as pessoas têm uma forte tendência a ver os seus animais como tendo características humanas e proporcionando emoções positivas (Archer, 1997; Blouin, 2012; Kirkpatrick, 2012).

Em relação à saúde, Herzog (2011) afirma que há um forte sinal de consciência social dos benefícios que os animais de estimação podem contribuir para a saúde humana, seja a nível físico, social ou psicológico. Na verdade, há pesquisas que mostram que os animais de estimação reduzem o risco de

doenças cardiovasculares, psicológicas e outras causadas pelo estresse e tensão diários, e agora contribuem para práticas terapêuticas que visam promover a saúde física, social e emocional das pessoas.

No que diz respeito à questão dos direitos, esta motivação advém do reconhecimento dos direitos dos animais e, portanto, da obrigação moral das pessoas de adotarem comportamentos adequados. Na verdade, reconhece-se que as pessoas tendem a desenvolver atitudes consistentes com os seus valores, tentando expressá-los através da sua aparente personalidade e comportamento (Mundim-Masini, 2009). Bennett (2003) exemplifica isso quando enfatiza em sua pesquisa que as pessoas que doam para organizações de bem-estar animal já tiveram um animal de estimação.

Portanto, a questão de proteger os animais e assim reconhecê-los como portadores de direitos explica a noção de que as pessoas têm a obrigação de reconhecer esses direitos e permitir a sua preservação (Argolo, 2010; Vieja, 2005).

Por fim, em relação à compaixão, descobrimos que relatos na literatura indicam que muitas pessoas são sensíveis ao fato de os animais vivenciarem dor e sofrimento, e assim podem ser motivadas a minimizar esse aspecto por meio de comportamento adotivo ou adotado doando recursos (Argolo, 2010; Bennett, 2003).

Portanto, este seria um motivo para proatividade na adoção de comportamentos pró-animais. Uma organização social envolvida na proteção dos animais deve naturalmente tentar identificar os incentivos mais eficazes para concretizar os seus esforços de sensibilização das pessoas como alvo de comunicações de marketing. Por exemplo, um estudo realizado por Haynes, Thornton e Jones (2004), encontrou resultados que mostram que a atração negativa foi mais eficaz em provocar comportamentos de tristeza ao doar tempo e recursos materiais ou financeiros para comunidades de bem-estar animal. No entanto, o trabalho dos autores limitou-se aos efeitos positivos no bem-estar decorrentes da interação com os animais e aos efeitos negativos resultantes de sentimentos de pena ou culpa.

2.6 Preferências de adoção

Ao se detalhar as preferências de adoção, são descritas características associadas ao temperamento ou personalidade do animal (Podberseck; Blackshaw, 1988), raça, porte, pelagem (Posage *et al.*, 1998), enquanto que em Poços e Caldas (1992), os autores afirmaram que essas características, além da idade do animal, não encontraram diferenças significativas quanto às tendências de escolha dos proprietários. É mencionado ainda por Caim, Woodruff e Smith (2020), que a morfologia dos animais pode ser levada em consideração em determinados públicos.

Weiss *et al.* (2012) objetivando identificar as razões para a adoção de animais, em uma amostra de 1.491 adotantes, constataram que as informações de saúde e comportamento dos animais eram particularmente importantes, enfatizando a importância de se interagir com o animal no canil na adoção, demonstrando ainda que a aparência física, idade, sexo e nível de energia, embora consideradas, não eram os principais determinantes. Contrário a este achado, D.Alberghina *et al.* (2017), mencionam que na região da Itália, fatores como a idade e o tamanho são fatores de extrema importância para a adoção, sendo que animais menores e mais novos são facilmente adotados.

Em um estudo retrospectivo quanto aos fatores determinantes para a adoção de cães e gatos num abrigo municipal de Sacramento (EUA), os autores identificaram que a idade, sexo, cor da pelagem, motivo de abandono, raça, status de raça pura foram os principais determinantes para a adoção de cães (Lepper, Kass e Hart, 2010).

Visando identificar características que influenciam no tempo de permanência de animais em abrigos na República Tcheca Vojtkovska, Voslarova e Vecerek (2019) demonstraram que animais mais velhos e machos tendem a ficar mais tempo em abrigos, enquanto que a preferência por raça não se demonstrou significativa.

Ao buscar as características que interferem no sucesso da adoção Protopopova *et al.* (2012), mencionam que a raça, modo de ingresso ao abrigo, e localização do canil foram preditivos para o tempo de permanência no local. Esses mesmos autores identificaram ainda que os animais “morfologicamente preferidos” possuíam pequeno porte, pelagem longa, linhagem *Ratters*, pastores e cães de colo, quando se questiona os adotantes.

Bir, Widmar e Croney (2017), mencionam que os principais fatores que influenciam na escolha estão ligados a aparência física dos animais, compatibilidade com estilo de vida dos proprietários, motivo de sua entrada no abrigo e o custo de manutenção do animal, associando seus achados às características demográficas dos residentes dos EUA.

Fatores com impacto significativo nas escolhas dos adotantes são mencionados ainda por Seittou, Fraser e Frases (2014), como idade, tamanho, status de pedigree, comprimento da pelagem, comportamento (por exemplo, medo, problemas de adaptação), simpatia (para com crianças, cães e outros animais de estimação) e treinamento.

2.7 Comportamento de animais em abrigos

De acordo com Wells e Hepper (2023) o número de animais admitidos em abrigos se torna crescente a cada ano e por mais que estes sejam bem tratados nos abrigos, a situação em que se encontram é estressante e com o passar do tempo no abrigo, alterações comportamentais podem ocorrer.

Clay *et al.* (2019) mencionam que a implementação de análises que visem a detecção precoce de comportamentos que possam ser considerados indesejados no momento da adoção (associado a ansiedade, medo, excitação, agressividade) podem auxiliar na resolução desses problemas, ajudando os animais de forma positiva. Os autores ainda afirmam que usar uma avaliação formal do comportamento, como habitualmente praticada em abrigos, como uma avaliação de contexto único do comportamento de um cão cria um perfil ineficaz de tendências comportamentais estáveis.

Com o passar do tempo no abrigo, é relatado por Stephen *et al.* (2006), Hiby *et al.* (2006) e Stephen *et al.* (2005) que com o passar do tempo alguns animais podem ter redução de índices associados ao estresse e agressividade ao longo do tempo nos abrigos, sendo que em Protopopova *et al.* (2016) e Kis *et al.* (2014) foram evidenciados sinais agudos de estresse negativo e medo, ligados ao ambiente do abrigo. Os mecanismos de adaptação podem ser ineficazes para ajudar o cão a lidar com o ambiente, então essas tendências comportamentais podem manifestar-se em problemas de comportamento que podem ser identificados.

Fatores ambientais geram influência devido a estimulações olfativas, auditivas e sensoriais, sendo que curiosamente, nos achados de Clay *et al.* (2019) os cães que foram considerados não adequados para adoção tiveram maiores durações de postura corporal tensa no canil e maior frequência de comportamento de salto no canil. Por outro lado, comportamentos positivos, incluindo uma postura corporal equilibrada/relaxada, tiveram menor frequência de ocorrência em cães adequados para adoção.

Nos estudos de Vitulova *et al.* (2018) foram encontrados animais com presença de comportamentos como agressividade, medo, destrutividade, vocalização excessiva e ansiedade de separação, sendo sugerido pelos autores que paciência e o tempo passado em família, em vez do ambiente de abrigo, podem ser uma solução para pelo menos alguns dos problemas comportamentais encontrados. A interação social proporciona exercício físico e mental, estimulação dos sentidos, contato, interação entre animais, conforto e novas experiências (Miller; Zawistowski, 2013).

3 METODOLOGIA

Para atender ao objetivo proposto pelo presente trabalho, foi estabelecida a coleta de dados em uma Organização Não Governamental da cidade de Uberlândia – MG, com grande expressividade no abrigo de animais em situação de rua, denominada Associação de Proteção de Animais (APA), instaurada na cidade no ano de 1996, tem como objetivo a defesa de animais em situações de risco, situada na rua Valdomira Pimenta, Chácaras Rancho Alegre.

Desde 2001 a APA é intitulada como utilidade pública municipal de Uberlândia, e em 2011 se sagrou como utilidade pública estadual, sendo estimado que cerca de 20 mil animais tenham sido resgatados de situações de risco, encontrados em condições desumanas. A instituição é responsável ainda por ações preventivas como a castração em massa e campanhas de conscientização acerca de necessidades especiais dos animais. Hoje a APA possui 500 animais (cães e gatos) alocados em suas dependências (APA, 2024).

Para o levantamento de dados, foram estabelecidos como critérios de análise a relação entre diferentes variáveis, com a aplicação de um questionário, com visita presencial à entidade, presente no Anexo A, visando descrever tais características.

Foram levantados dados quanto ao sexo, porte, necessidade de cuidados, comportamento em grupo e no abrigo pelos animais já terem passado por adoção, idade e tempo de permanência dos animais na ONG, para a realização das relações entre essas variáveis.

Quanto ao porte dos cães, foi classificado em grande, gigante, médio e pequeno, conferindo aos cães, conforme mencionado por Biourge e Pibot (2005), diferenças e sua necessidade energética, peso ao nascimento, velocidade e duração de crescimento, expectativa de vida e predisposição a algumas doenças.

No que tange a necessidade de cuidados especiais, esta variável foi quantificada pela ausência ou presença de necessidades específicas em tratativas com os animais, sejam elas associadas à alimentação, comportamentos e quanto a presença de doenças, demandando maiores cuidados.

Para as variáveis que levavam em consideração o comportamento do animal, foram utilizados como critérios para a classificação no abrigo “agressivo”

e “dócil”, de acordo com a reatividade do animal ao receber visitas na ONG, uma vez que características comportamentais possuem grande heterogeneidade dos estereótipos da raça.

No comportamento em grupo, foram classificados em “dominante”, pelo qual apresenta postura corporal ativa e protetiva quanto aos demais animais do conjunto, “submisso”, apresentando pouco contato visual e orelhas baixas, com o corpo próximo ao chão em boa parte do tempo e em “interativo”, não se enquadrando nos demais perfis, somente buscando atenção.

Foram levantados dados ainda quanto ao fato de já terem passado por adoção, reincidindo na ONG, além do motivo de resgate, por captura ou abandono e idade e tempo de permanência na ONG, elencados pelo responsável técnico do local, como medidas subjetivas estimadas.

Nos 42 animais selecionados, 29 eram machos e 13 fêmeas, ambos da espécie canina, castrados, com predominância do porte médio (23 animais), seguido do pequeno porte (11 animais), grande (7 animais) e somente um animal muito grande, com peso médio de 21 kg e idade média de 7 anos. Quanto a motivação para estarem na APA, 35 vieram provenientes de capturas, 3 por meio de abandono, um nascido no abrigo, um entregue, um bombeiro e um por causa desconhecida, permanecendo na ONG por 6 anos em média. Os 42 animais foram selecionados ao acaso, por meio de amostragem por conveniência, já que os dados destes animais e o acesso a eles nas dependências da instituição foi facilitado.

Após o levantamento de dados, os dados foram submetidos a análise estatística por meio do teste qui-quadrado de Pearson com 5% de significância ($p < 0,05$), sendo elaboradas tabelas e gráficos para facilitar a compreensão dos achados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o levantamento de dados foi obtido um número amostral de 42 animais ($n=42$), sendo que destes, 13 eram fêmeas (31%) e 39 machos (69%) (Figura 1). Ao monitorar três abrigos para cães nos quais um total de 3.875 cães se encontravam, Zak *et al.* (2015) demonstraram que destes, 41,7% dos cães foram recuperados pelos seus tutores e 58,3% dos cães foram considerados abandonados sendo disponibilizados para adoção. Os cães machos abandonados permaneceram nos abrigos por significativamente mais tempo do que as fêmeas abandonadas. Cães jovens abandonados com até um ano de idade tiveram o tempo de permanência mais curto, enquanto os cães mais velhos tiveram o tempo de permanência mais longo, demonstrando que há relação entre o fato do animal ter sido abandonado quanto a preferência de sua adoção, mesmo que não tenham sido encontrados achados específicos quanto a necessidade especial do animal.

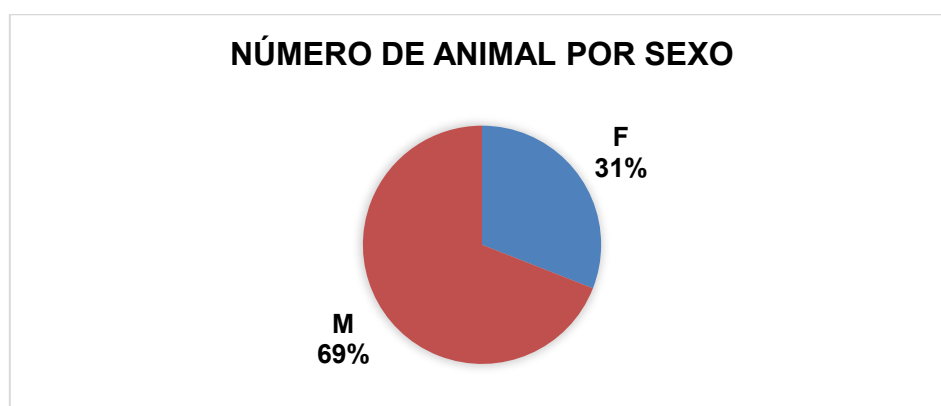


Figura 1. Número de animais de acordo com o sexo.

Para a variável porte, dos 42 animais, 7 se enquadravam como grandes (17%), 1 gigante (2%), 23 médios (55%) e 11 pequenos (26%), sendo representado na Figura 2. Ao analisar as características raciais de cães abandonados e perdidos na República Tcheca Vaslarova *et al.* (2015) afirmam que animais de pequeno porte e cães de guarda foram significativamente mais abandonados do que recuperados por seus proprietários, com maior recuperação e adoção de animais médios e grandes, o que não condiz com os

achados desta pesquisa, uma vez que a maior porcentagem de animais presentes na ONG apresentava médio porte.

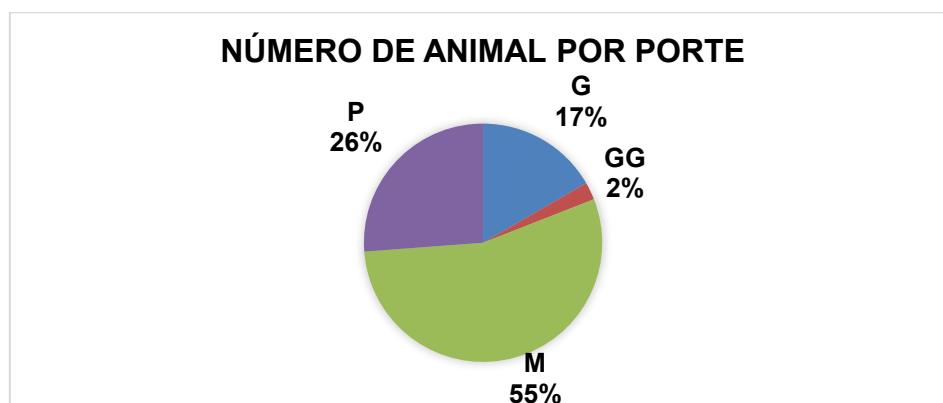


Figura 2. Número de animais de acordo com o porte.

Quanto aos cuidados especiais, 31 animais não necessitavam, enquanto que os 11 restantes necessitavam representando, respectivamente 74% e 26% da amostra (Figura 3). Bir, Widmar e Croney (2017), mencionam que os tutores futuros levaram em consideração sua renda para a escolha adequada do animal, para que as necessidades dos cães fossem devidamente sanadas.

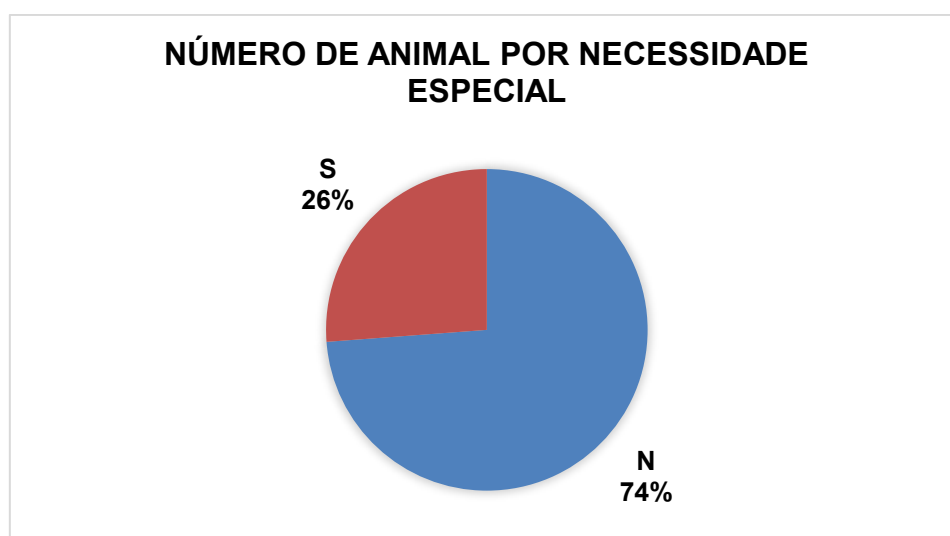


Figura 3. Número de animais de acordo com a necessidade especial.

Quanto ao comportamento, foram encontrados 2 animais agressivos (7%) e 39 dóceis (93%), conferindo a esta análise a particularidade de o número amostral ser 41, já que à coleta de dados, um dos animais da amostra total não pode ser definido com apenas um destes comportamentos (Figura 4).

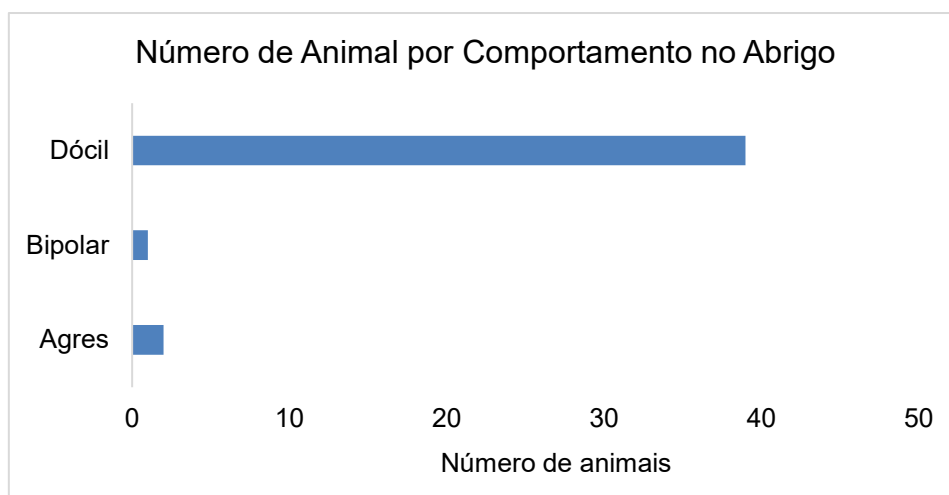


Figura 4. Número de animal de acordo com o comportamento no abrigo.

No comportamento em grupo, classificado em “dominante”, foram encontrados 16 animais (38%), “submisso”, 10 cães (24%) e em “interativo”, apresentando 16 animais (38%) (Figura 5).

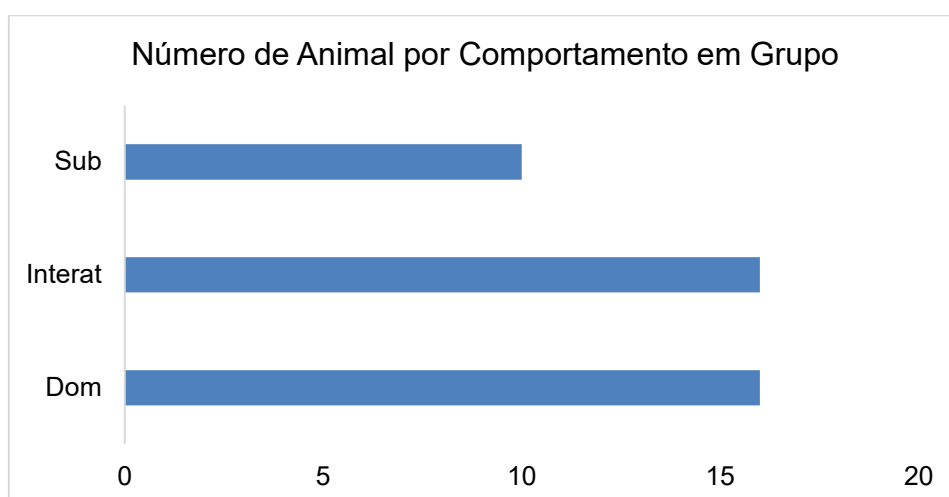


Figura 5. Número de animal de acordo com o comportamento em grupo.

Quanto ao fato de já terem passado por adoção, reincidindo na ONG, somente 9 animais já haviam passado (22%), e os 33 restantes não (78%), representados na figura 5, além do motivo de resgate, sendo 3 por captura (7%) e 34 por abandono (81%), e os demais por motivos diversos, com somente 1 animal por cada motivo (12%) conforme a figura 6. Para a variável motivo de resgate, dos 42 analisados, 35 animais foram capturados (83,3%), 3 capturados (7,1%), 1 nascido no abrigo (2,4%), 1 entregue e 1 sem causa conhecida (2,4).

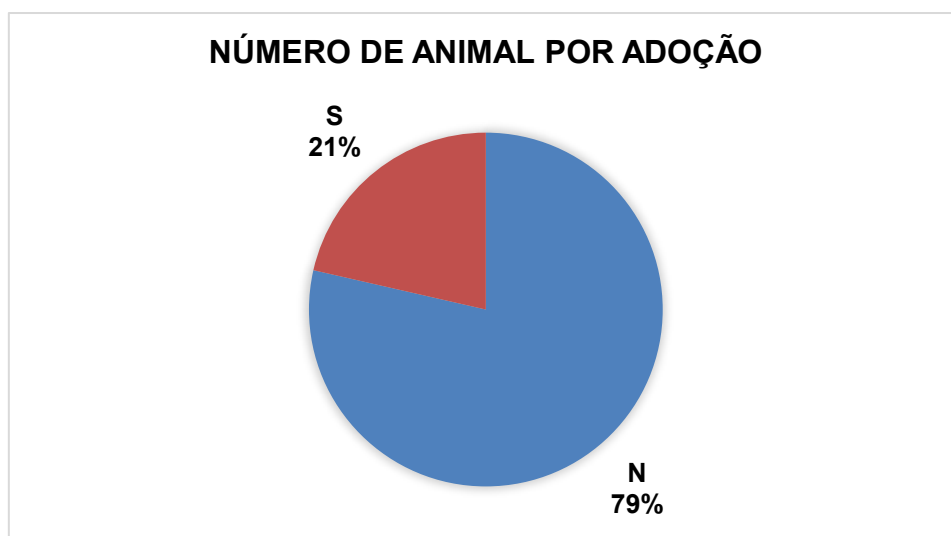


Figura 6. Número de animais que já passaram por adoção.

A idade e tempo de permanência na ONG, elencados pelo responsável técnico do local, como medidas subjetivas estimadas, conforme as figuras 7 e 8.

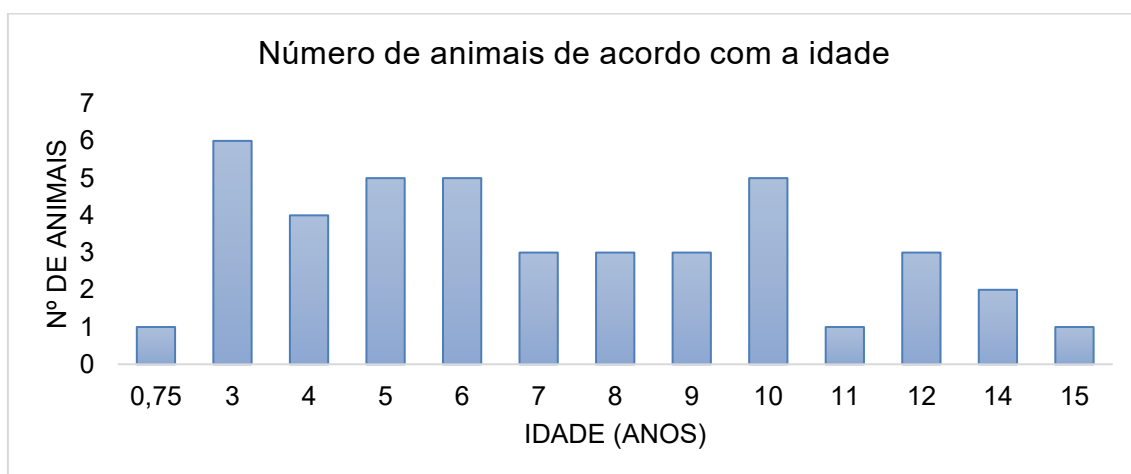


Figura 7. Idade dos animais estudados.

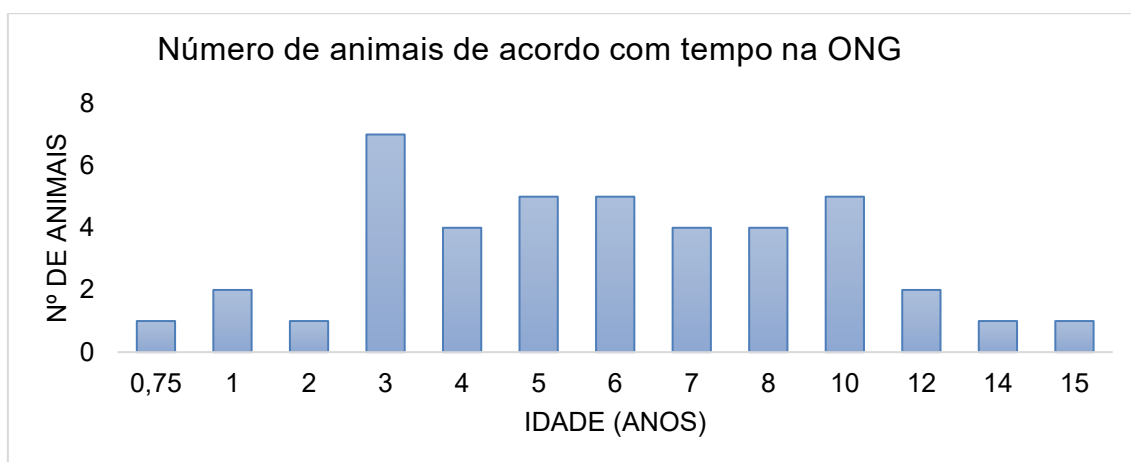


Figura 8. Tempo na ONG.

Quanto ao sexo e sua relação com o comportamento observado no abrigo, demonstrado na Tabela 1, não houve associação significativa entre as variáveis ($p > 0,05$). Os resultados da tabela 1, demonstram que fato do animal ser dócil ou agressivo não possui relação com o sexo.

Achados de Bir, Widmar e Croney (2017), corroboram para os resultados do presente trabalho, onde ao analisar os dados referentes ao comportamento de machos e fêmeas em abrigos nos Estados Unidos, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os sexos.

Tabela 1. Frequência (N) e percentuais (%) dos comportamentos agressivo e dócil de acordo com o sexo dos cães residentes na ONG

Sexo	Comportamento ¹		TOTAL
	Agressivo	Dócil	
	N absoluto	N absoluto	
Fêmea	0 (0%)	13 (100%)	13
Macho	2 (7,1%)	26 (92,9%)	28
TOTAL	2	39	41
p		0,8344	

¹Teste Qui-quadrado (χ^2) com 5% de significância

No que diz respeito a relação entre o sexo e a manifestação de comportamentos em grupo, demonstrados na Tabela 2, não foi encontrada associação significativa entre as variáveis ($p > 0,05$). A partir dos resultados descritos, não há relação quanto ao comportamento em grupo apresentando e o sexo do animal.

Protopopova *et al.* (2014), afirmaram que comportamentos como apoiar-se ou esfregar-se na parede do recinto, ficar de costas para a frente do recinto ou em pé, aumentam significativamente o tempo de permanência dos animais no abrigo, comportamentos estes analisados no presente estudo de forma geral, mesmo que não tenham sido encontrados achados que façam a relação entre o sexo e os comportamentos em grupo, reforçando o fato de que ao associar o sexo do animal com comportamentos indesejados por determinados adotantes é errôneo.

Tabela 2. Frequência (N) e percentuais (%) dos comportamentos dominante, interativo e submisso apresentados em grupo de animais, de acordo com o sexo dos cães residentes na ONG

Sexo	Comportamento ¹			TOTAL
	Dominante	Interativo	Submisso	
	N absoluto	N absoluto	N absoluto	
Fêmea	6 (46%)	3 (23%)	4 (31%)	13
Macho	10 (34,5%)	13 (44,8%)	6 (20,7%)	29
TOTAL	16	16	10	42
p			0,4028	

¹Teste Qui-quadrado (χ^2) com 5% de significância

Na tabela 3, é demonstrada a relação entre o porte do animal e a ocorrência ou não de adoção anterior. Não foi encontrada associação significativa entre as variáveis ($p > 0,05$). Não foram encontrados achados na literatura a respeito de animais anteriormente adotados. Ao analisar isoladamente o porte dos animais, bem como o comportamento e grupo associado a este fator, é reforçado que estes fatores são erroneamente associados na rotina de adotantes que buscam a adoção de animais, uma vez que Weiss *et al.* (2015), ao avaliarem o quanto os tutores futuros declaravam importância quanto a vida anterior dos animais, não encontraram interações significativas ligadas a demais critérios.

Tabela 3. Frequência (N) e percentuais (%) do processo de ter sido adotado e retornado a ONG de acordo com o porte específico dos cães

Porte	Adoção anterior ¹		TOTAL
	Não	Sim	
	N absoluto	N absoluto	
Grande	3 (43%)	4 (57%)	7
Gigante	1 (100%)	0 (0%)	1
Médio	20 (87%)	3 (13%)	23
Pequeno	9 (81,8%)	2 (18,2)	11
TOTAL	33	9	42
p		0,7575	

¹Teste Qui-quadrado (χ^2) com 5% de significância

Na tabela 4 é relacionada a característica do porte e o comportamento em grupo. Não foi relação significativa entre as variáveis ($p > 0,05$). Segundo Caim, Woodruff e Smith (2020,) certas características fenotípicas são de predição dos futuros tutores, como serem filhotes, de pequeno porte e não braquicefálicos,

mesmo que não tenham sido encontradas pesquisas aliando tais variáveis. Tanto os cães pequenos quanto os cães médios apresentam inicialmente um potencial para adoção maior em comparação aos cães grandes, que diminui gradativamente com o passar do tempo.

Estudos afirmam que cães de pequeno porte têm o tempo de permanência mais curto, mas cães de médio porte têm o tempo de permanência mais longo (Brown *et al.*, 2013). Posage *et al.* (1998) mencionam que cães de pequeno porte tem maior probabilidade de serem adotados do que cães grandes.

Tabela 4. Frequência (N) e percentuais (%) do processo de ter sido adotado e retornado a ONG de acordo com o porte específico dos cães

Porte	Comportamento ¹			TOTAL
	Dominante	Interativo	Submisso	
	N absoluto	N absoluto	N absoluto	
Grande	4 (57%)	2 (29%)	1 (14%)	7
Muito Grande	1 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	1
Médio	8 (35%)	9 (39%)	6 (26%)	23
Pequeno	3 (27,3%)	5 (45,5%)	3 (27,3%)	11
TOTAL	16	16	10	42
p			0,4028	

¹Teste Qui-quadrado (χ^2) com 5% de significância

Não foi encontrada associação significativa entre as variáveis comportamento no abrigo e comportamento em grupo (Tabela 5) ($p > 0,05$). Estas variáveis não podem ser associadas no momento da adoção, já que os comportamentos dos animais se distinguem de acordo com a associação.

Bequero *et al.* (2017) mencionam que o abandono de animais justificado pela não aceitação de determinados comportamentos considerados pelos tutores como problemáticos é recorrente, o que reflete uma divergência quanto ao perfil dos animais encontrados na ONG estudada, uma vez que independente do sexo e do porte dos animais, a maioria deles apresentavam comportamento dócil, além da baixa necessidade de cuidados especiais.

Tabela 5. Frequência (N) e percentuais (%) dos comportamentos em grupo (dominante, interativo e submisso) de acordo com o comportamento no abrigo (agressivo ou dócil) dos cães residentes na ONG

Comportamento no Abrigo	Comportamento em grupo ¹			TOTAL
	Dominante	Interativo	Submisso	
	N absoluto	N absoluto	N absoluto	
Agressivo	2 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	2
Dócil	13 (33%)	16 (41%)	10 (26%)	39
TOTAL	15	16	10	41
p			0,1617	

¹Teste Qui-quadrado (χ^2) com 5% de significância

Quanto a relação entre o motivo do resgate do animal e da necessidade especial, seus resultados são demonstrados na Tabela 6, não sendo encontrada associação significativa entre as variáveis ($p > 0,05$). Não foram encontrados achados na literatura para relacionar tais aspectos.

Tabela 6. Frequência (N) e percentuais (%) dos cães com necessidades especiais de acordo com o motivo do cão ser residente na ONG

Motivo	Necessidade Especial ¹		TOTAL
	Não	Sim	
	N absoluto	N absoluto	
Abandono	29 (94%)	10 (91%)	39
Capturado	2 (6,5%)	1 (9,1%)	3
TOTAL	31	11	42
p		1	

¹Teste Qui-quadrado (χ^2) com 5% de significância

Quanto a sua adoção e a necessidade especial, não foi encontrada associação significativa entre as variáveis ($p > 0,05$), sendo demonstradas na Tabela 7. Apesar de não serem encontrados achados específicos quanto a adoção anterior ou a necessidade de cuidados especiais, é possível inferir que este fato se associa ao poder aquisitivo dos adotantes, Weiss et al. (2012), afirmam que as informações fornecidas pelos colaboradores quanto aos cuidados com os animais foram fundamentais para a decisão de se adotar.

Tabela 7. Frequência (N) e percentuais (%) dos cães com necessidades especiais residentes na ONG que já passaram ou não por processo de adoção

Adoção	Necessidade Especial ¹		TOTAL
	Não	Sim	
	N absoluto	N absoluto	
Não	27 (82%)	6 (18%)	33
Sim	4 (44,4%)	5 (55,6%)	9
TOTAL	31	11	42
p		0,06683	

¹Teste Qui-quadrado (χ^2) com 5% de significância

Ao correlacionar a idade com o tempo de permanência na ONG, foi demonstrado que quanto maior a idade do animal, maior o tempo de permanência, assim como quanto menor a idade, menor o tempo de permanência (Figura 9), o que corrobora com os achados de Lepper *et al.* (2002), Guarnição e Weiss (2015), DeLeeuw *et al.* (2010), Goleman *et al.* (2014), que não identificam uma mudança na possibilidade de adoção à medida que a idade aumenta, com maior taxa de adoção de animais jovens. Resultados similares foram encontrados ainda em D. Alverghina *et al.* (2014) onde foi constatado que os animais menores e com menor idade são preferidos no momento da adoção, em relação aos animais mais jovens. Bem como em Nemconva e Novak (2003), onde os cães mais adotados nos abrigos foram aqueles com idade entre 2 e 4 meses.

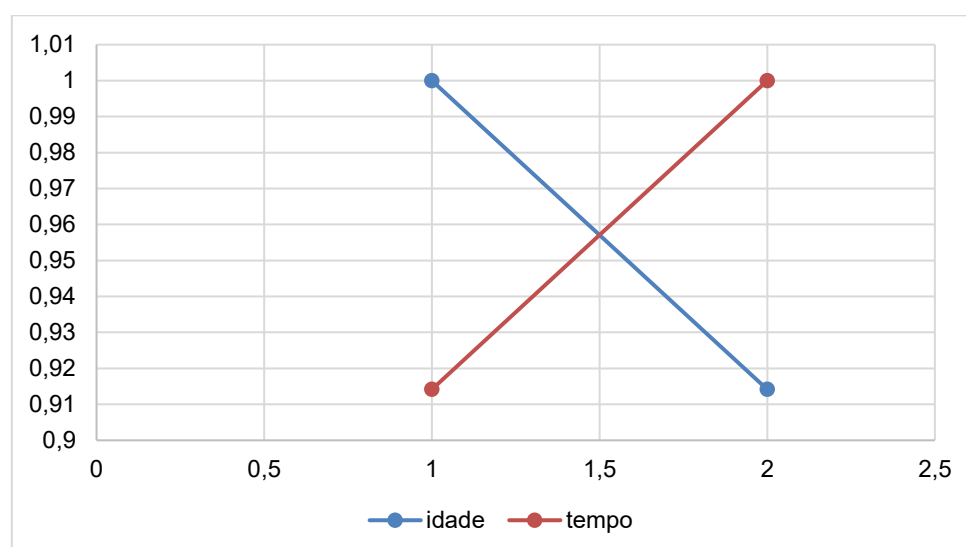


Figura 9. Representação gráfica da correlação entre a idade e o tempo de permanência na ONG.

Hawes, Kerrigan e Morris (2018) afirmam em seus estudos, ao analisar os fatores associados a permanência de animais mais velhos em abrigos de animais relatam que boa parte dos abandonos destes animais se dão devido a necessidade de maiores cuidados quanto ao seu comportamento, sendo que este trabalho reforça o fato dos animais mais velhos serem mais propensos a permanecerem nos abrigos pelo mesmo motivo.

Nos estudos de Raudies, Waiblinger e Arhat (2021), visando identificar as características comportamentais dos animais de acordo com seu tempo de permanência no abrigo, observaram que os animais com maior tempo no local passam mais tempo com a cabeça baixa, menos sociável, facilmente excitável, enquanto que os com menor tempo são animais interativos e dominantes, o que, embora não tenha sido foco do estudo, demonstra que há relação entre o comportamento em grupo e a permanência na ONG, sendo um ponto de melhoria do presente estudo.

Estes achados, que condizem com demais autores, demonstram um gargalo dentro da temática, uma vez que o fator idade é uma preferência em todas as frentes de pesquisa e que podem agravar os problemas públicos associados ao abandono e a não adoção de animais.

Os resultados deste trabalho refletem ainda o fato de que se torna necessário reforçar a criação de políticas públicas para a redução do abandono e eutanásia dos animais, seja por meio de programas de baixo custo de castração, incentivo a adoção, conscientização quanto a responsabilidade pela vida do animal, aumento de abrigos etc. (Frank, 2004).

Além disso, Balthazar, Pires e Pazmino (2019) mencionam que há uma estreita relação entre o mercado *pet* e a superpopulação de cães, gerando um aumento no número de abandonos, devido à conscientização inadequada da população e a forte influência do consumismo exacerbado, sem estar aliado com a ciência da responsabilidade e necessidade de cuidados dos animais, o que reflete nos resultados dessa pesquisa, demonstrando que não há relação entre determinados agravantes à adoção com características dos animais, como o sexo e seu comportamento, ou o porte em si, que são utilizados como justificativas para a não adoção de animais ou como motivação para o abandono.

5 CONCLUSÃO

Ao término do estudo, foi identificado que a maioria dos animais eram machos, de porte médio, dóceis, sem necessidade de cuidados especiais apresentando heterogeneidade na amostra quando ao comportamento em grupo, sem histórico de adoção anterior, com idade média de 7 anos e com tempo médio de permanência na APA de 6 anos. Nenhuma das variáveis apresentou associação significativa entre si, mesmo que separadamente estas configurem como critérios de preferência entre os adotantes. O trabalho das ONG's é fundamental, assim, por meio dessa pesquisa, é possível difundir informações ligadas a fatores como o sexo, por exemplo, não estão diretamente ligados com o comportamento, dados estes pouco difundidos na literatura, que poderiam auxiliar no direcionamento de ações dentro de instituições deste ramo.

Outro fator a ser levado em consideração a partir deste estudo é que o acesso a informações sobre o abandono e as características dos animais dentro das organizações é de difícil acesso, impactando de maneira negativa no desenvolvimento de ações ligadas a esse tema.

REFERÊNCIAS

- ALBERGHINA, D.; PANZERA, M.; PASSANTINO, A. Adoption preference factors for dogs in a public shelter in the Province of Palermo (Southern Italy) and comparison with adoption rates of a shelter in Northern Italy. *In: 11th Internacional Veterinary Behavior Meeting*, Siari Unime, v. 11, p. 151-152, 2017.
- ALVES, A.J.et al. Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 34-41, 2013.
- ANDRADE, F.; ZAMBAM, N.J. A condição de sujeito de direito dos animais humanos e não humanos e o critério da senciência. **Revista Brasileira de Direito Animal**. V. 11 n. 23. p. 143- 171, 2016.
- ARCHER, J. Why do people love their pets? **Evolution and Human Behavior**, v. 18, n. 4, p. 237-259. 1997.
- ARGOLO, T. C. 2010. **Animais não humanos encarados como sujeitos de direitos diante do ordenamento jurídico brasileiro**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br>> Acesso: 22 abr. 2024.
- AZEVENDO, S. V. A problemática do abandono de animais domésticos frente à pandemia. Pontífica Universidade Católica de Goiás, Escola de Direitos e Relações Internacionais. Artigo Científico (graduação), Goiânia – GO, 27 f. 2020.
- BALTHAZAR, A. D.; PIRES, T. A.; PAZMINO, A. V. Superpopulação, abandono e maus-tratos de cães: um estudo de design social. **VII ENSUS – Encontro de Sustentabilidade em Projeto**, UFSC – Florianópolis, P. 301-312, 2019.
- BAQUERO, O. S.; CHIOZZOTTO, E. N.; GARCIA, R. C. M.; MAKU, M.; FERREIRA, F. Abandono de cães e gatos: opiniões públicas como indicadores de gestão populacional, **Jornal de ciência aplicada ao bem-estar animal**. p. 289–295. 2017.
- BARBOSA, A. L. T.; SCHOSSLER, J. E. W. Luxação coxofemoral traumática em cães e gatos: estudo retrospectivo (1997-2006). **Cienc. Rural**, v. 39, n. 6, 2009.
- BELK, R. W. Metaphoric relationships with pets. **Society and Animals**, v. 4, n. 2, p. 121-145. 1996.
- BENNETT, R. Factors underlying the inclination to donate to particular types of charity. **International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing**, v. 8, n. 1, p. 12-29. 2003.

BIOURGE, V.; PIBOT, P. **A nutrição sob medida** Paris: Royal Canin, 12p. 2005.

BIR, C.; WIDMAR, N.J.O.; CRONEY, C.C. Stated Preferences for Dog Characteristics and Sources of Acquisition. **Animals**, v. 7, p. 59. 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 22 ABR. 2024.

BROWN, W.P.; DAVIDSON, J.P.; ZUEFLE, M.E. Effects of Phenotypic Characteristics on the Length of Stay of Dogs at Two No Kill Animal Shelters. **J. Appl. Anim. Welf. Sci.** v. 16, p. 2–18. 2013.

CAIN, C.J.; WOODRUFF, K.A.; SMITH, D.R. Phenotypic Characteristics Associated with Shelter Dog Adoption in the United States. **Animals**, v. 10, p. 1959. 2020.

CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos - a participação do mercado no terceiro setor. Tempo Social; **Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, v. 12, n. 2, p. 237-255, 2000.

CLAY, L.; PATERSON, M.; BENNETT, P.; PERRY, G.; PHILLIPS, C. Early Recognition of Behaviour Problems in Shelter Dogs by Monitoring them in their Kennels after Admission to a Shelter. **Animals**, v. 9, n. 11, p. 875, 2019.

CONSTANTINO, I. H V. Crime de abandono e maus tratos de animais. Artigo (graduação). Escola de direito e relações internacionais, Pontífica Universidade Católica de Goiás, Goiânia – GO, 34 f. 2021.

DELEEUEW, J.L. Animal Shelter Dogs: Factors Predicting Adoption versus Euthanasia. **Ph.D. Thesis**, Wichita State University, Kansas, KS, USA, 2010.

DUARTE, A. C. O abandono de animais domésticos no município de São Luís-MA e seus impactos socioambientais. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA, 99 P. 2022.

FRANK, J. M. An interactive model of human and companion animal dynamics: the ecology and economics of dog overpopulation and the human costs of addressing the problem. Human Ecology, **Plenum Publishing Corporation** v. 32, n. 1, p. 107- 130, fev. 2004.

GARCIA, R. C. M.; CALDERÓN, N.; FERREIRA, F. Consolidação de Diretrizes Internacionais de Manejo de Populações Caninas em Áreas Urbanas e Proposta de Indicadores para seu Gerenciamento. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 32, n. 2, p. 140–144, 2012.

GOLEMAN, M.; DROZD, L.; KARPIŃSKI, M.; CZYŻOWSKI, P. Black dog syndrome in animal shelters. **Med. Weter.** v. 70, p. 122–127. 2014.

GONÇALVES, V.C.de S. Das consequências jurídicas ao garantir castração a animais e seu impacto sócio-econômico na saúde pública. Monografia (Curso de Bacharel em Direito). Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente, São Paulo, 2016.

HAWES, S.; KERRIGAN, J.; MORRIS, K. Factors Informing Outcomes for Older Dogs and Cats in Animal Shelters. **Animals**, v. 8, p. 36. 2018.

HAYNES, M.; THORNTON, J.; JONES, S. C. An exploratory study on the effect of positive (warmth appeal) and negative (guilt appeal) print imagery on donation behaviour in animal welfare. **University of Wollongong Research Online**, New Zealand. p. 1-10. 2004.

HIBY, E. F.; ROONEY, N. J.; BRADSAHW, J. W. Behavioural and physiological responses of dogs entering re-homing kennels. **Physiol Behav.** v. 89, p. 385–391. 2006.

HERZOG, H. A. The Impact of Pets on Human Health and Psychological Well-Being: Fact, Fiction, or Hypothesis? **Current Directions in Psychological Science**, v. 20, p. 236–249. 2011.

HOLBROOK, M. B.; WOODSIDE, A. G. Animal companions, consumption experiences, and the marketing of pets: Transcending boundaries in the animal–human distinction. **Journal Of Business Research**, v. 61, n. 5, p. 377–381. 2008.

JUNIOR, C.N.K.; MACHADO, J.C.E. Abandono de animais domésticos: Elaboração e implementação de sequência didática em escola pública de Embu das Artes –SP. **Ciência em tela**, v.11, n.1, p.1-15, 2018.

KIRKPATRICK, D. 2012. **When love isn't enough: more pets are family, but millions don't get regular health care**. Disponível em: <<https://www.prnewswire.com/news-releases/when-love-isnt-enough-more-pets-are-family-but-millions-dont-get-regular-health-care-1823983>> Acesso: 22 abr. 2024.

KIS, A.; KLAUSZ, B.; PERSA, E.; MIKLÓSI, Á.; GÁCSI, M. Timing and presence of an attachment person affect sensitivity of aggression tests in shelter dogs. **Vet. Rec.** v. 174, p. 196. 2014.

LEPPER, M.; KASS, P. H.; HART, L. A. Predição de adoção versus eutanásia entre cães e gatos em um abrigo de animais na Califórnia. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 5, n. 1, p. 29–42. 2002.

LIMA A. F. M.; LUNA S. P. L. Algumas causas e consequências da superpopulação canina e felina: acaso ou descaso? Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP / **Journal of Continuing Education in Animal Science of CRMVSP**. São Paulo: Conselho Regional de Medicina Veterinária, v. 10, n. 1, p. 32–38, 2012.

LIMA, A. L. B. A relação da agressividade canina com o medo. **Vet. e Zootec.** v. 30, p. 001-011. 2023.

LIZA, P. **Lei que criminaliza maus-tratos a animais em Uberlândia fica mais rigorosa; entenda alterações.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2022/04/06/lei-que-criminaliza-maus-tratos-a-animais-em-uberlandia-fica-mais-rigorosa-entenda-alteracoes.ghtml>> Acesso: 22 abr. 2024.

MARTINHAGO, S. S.; MAGALHÃES, T. A. de P. A Ineficácia das Políticas Públicas para o Controle de Animais de Rua e Cascavel/PR. Diálogos e Interfaces do Direito. **Revista Científica do Curso de Direito**, Centro Universitário FAG. Paraná, p. 117-130. 2019.

MARTINS, I. **Com pandemia e crise financeira, cresce o abandono de animais domésticos em Uberlândia.** 2021. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/27960/com-pandemia-e-crise-financeira-cresce-abandono-de-animais-domesticos-em-uberlandia>> Acesso: 10 ami. 2024.

MATOS, L. G. Quando a "ajuda é animalitária": Um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidas no cuidado e proteção de animais abandonados a partir de Porto Alegre / RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, p. 94-117, 2012.

MILLER, L.; ZAWISTOWSKI, S. **Shelter Medicine for Veterinarians and Staff.** Editora Blackwell Publishing. 2.ed. p.531-558. 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Defesa dos Animais.** Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/porta1/menu/areas-de-atuacao/cidades-e-meio-ambiente/defesa-dos-animais/>> Acesso: 22 abr. 2024.

MOTA-ROJAS, D.; CALDERON-MALDONATO, N.; LEZEMA-GARCIA, K.; SEPIURKA,.; GARCIA, R. C. M. Abandono de cães na América Latina: Estratégias e ideias, **Veterinária Mundo**, v. 14, n. 9, p. 2371-2379. 2021.

MUNDIM-MASINI, A. A. Fatores de personalidade e percepção de risco podem prever o comportamento de risco? Um estudo com universitários. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, 188 f. 2009.

MURARO, C.C.; ALVES, D.N. Maus tratos de cães e gatos em ambiente urbano, defesa e proteção aos animais. **Revista Âmbito Jurídico.** 2014.

NASCIMENTO, A. P. da S. **Abandono de Animais de Companhia.** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 2019. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/54000/abandono-de-animais-decompanhia>. Acesso: 22 ABR. 2024.

NATALINO, A. **Abandonar animais é crime previsto em Lei**. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/abandonar-animais-e-crime-previsto-em-lei/395206911> > Acesso: 22 abr. 2024.

NEMCOVA, D.; NOVAK, P. Adoption of Dogs in the Czech Republic. **Acta. Vet. Brno**, v. 72, p. 421–427. 2003.

OLIVEIRA, H. V. G. Epidemiologia e abandono animal. *In*: GARCIA, R. C. M.; CALDERÓN, N.; BRANDESPIM, D. F.; (org). **Medicina veterinária do coletivo: Fundamentos e práticas**. 1. ed. Campo Limpo Paulista: Integrativa Vet, p. 200-208. 2019.

PENA, R. A. Terceiro Setor. Brasília: Senado Federal, **Coordenação de Edições Técnicas**, 2015.

PINTO, L. C. O abandono animal em Salvador e seus reflexos ecológicos. Dissertação (mestrado), Universidade Federal da Bahia, IBIO, Salvador – BA, 117 f. 2022.

PODBERSCEK, A.L.; BLACKSHAW, J.K. Reasons for liking and choosing a cat as a pet. **Aust. Vet. J.** v. 65, p. 332–333. 1988.

POSAGE, J.M.; BARTLETT, P.C.; THOMAS, D.K. Determining factors for successful adoption of dogs from an animal shelter. **J. Am. Vet. Med. Assoc.** v. 213, p. 478–482. 1998.

PROTOPOPOVA, A.; BRANDIFINO, M.; WYNNE, C. D. L. Preference assessments and structured potential adopter-dog interactions increase adoptions. **Applied Animal Behaviour Science**. v. 176, p. 87-95, 2016.

PROTOPOPOVA, A.; GILMOUR, A. J.; WEISS, R. H.; SHEN, J. Y.; WYNNE, C. D. L. The effect of social training and other factors on adoptions of shelter dogs. **Appl Anim Behav Sci** v. 142, p. 61–68. 2012.

PROTOPOPOVA, A.; GILMOUR, A. J.; WEISS, R. H.; SHEN, J. Y.; WYNNE, C. D. L. The effects of social training and other factors on adoption success of shelter dogs, **Applied Animal Behaviour Science**, v. 142, Issues 1–2, P. 61-68, 2012.

PROTOPOPOVA, A.; WYNNE, C.D.L. Judging a Dog by Its Cover: Morphology but Not Training Influences Visitor Behavior toward Kennelled Dogs at Animal Shelters. **Anthrozoös**, v. 29, p. 469–487. 2016.

QUEIROZ, F. K. N.; RODRIGUES, K. S.; SOUZA, O. S.; MINGUINS, W. G.; YAMAGUCHI, H. K. L.; DUARTE, C. S. Abandono de animais no Brasil: consequências geradas à sociedade. **Revista Ensino, Saúde e Biotecnologia da Amazônia**. Coari – AM, v. 2, n. esp., p. 56-60, 2020.

RAUDIES, C.; WAIBLINGER, S.; ARHANT, C. Características e bem-estar de cães de abrigo de longo prazo. **Animals**, v. 11, p. 194, 2021.

SALLES, C. **Saiba quais atitudes podem ser consideradas maus tratos aos animais.** Jusbrasil, 2014. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/saiba-quais-atitudes-podem-ser-consideradas-maus-tratos-aos-animais/155756645>> Acesso: 14 abr. 2024.

SANTANA, L. R.; OLIVEIRA, T. P. Guarda responsável e dignidade dos animais. *Revista Brasileira de Direito Animal. Evolução*, V. 1, n. 1, p. 67-104, 2006.

SIETTOU, C.; FRASER, I.M.; FRASER, R.W. Investigating Some of the Factors That Influence “Consumer” Choice When Adopting a Shelter Dog in the United Kingdom. *J. Appl. Anim. Welf. Sci.* v. 17, p. 136–147. 2014.

SILVA, D.T; CASSIANO, V. Avaliação do nível de conhecimento e aceitação da castração e lei de posse responsável no município de Garça/SP. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**. N. 9, p. 1-8, 2011.

SILVA, L. R.; PAES, L. A. **Abandono de animais é crime.** Disponível em: <<https://noticias.unb.br/artigos-main/6573-abandono-de-animais-e-crime>> Acesso: 22 abr. 2024.

SIQUEIRA, I. S. G. Abandono de animais domésticos: responsabilidade do crime de maus-tratos mediante as necessidades do animal abandonado. Artigo (graduação). Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – UNICEPLAC, Gama – DF, 26 f. 2023.

STEPHEN, J. M.; LEDGER, R. A. An audit of behavioral indicators of poor welfare in-kenned dogs in the United Kingdom. *J. Appl. Anim. Welf. Sci.* v. 8, p. 79–96. 2005.

STEPHEN, J. M.; LEDGER, R. A. A longitudinal evaluation of urinary cortisol in kennelled dogs, canis familiaris. *Physiol. Behav.* v. 87, p. 911–916. 2006.

TESFOM, G.; BIRCH, N.J. Does the role a pet played before disposition, and how the pet is lost influence pet owner’s future pet adoption decision? *International Journal of Marketing Studies*, v. 5, n. 4, p. 1-14. 2013.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 10.715, de 21 de março de 2011.** Estabelece normas de ordem pública e de interesse social para a promoção, defesa e recuperação da saúde, nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado de Minas Gerais, da Lei Orgânica da Saúde e da Lei Orgânica do Município, e dispõe sobre a organização, a prestação, a regulação, a fiscalização e o controle das ações e dos serviços de saúde no Município de Uberlândia. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/bvmrd>>. Acesso: 22 abr. 2024.

UBERLÂNDIA. **Lei nº 12.404, de 18 de abril de 2016.** Estabelece, no âmbito, do município de Uberlândia, sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus-tratos aos animais e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/bvmrd>>. Acesso: 22 abr. 2024.

VITULOVA, S.; VOSLAROVA, E.; VEČEREK, V.; BEDANOVA, I. Behaviour of dogs adopted from an animal shelter. **Acta Veterinaria Brno**. v. 87. p. 155-163. 2018.

VOJTKOVSKÁ, V.; VOSLÁŘOVÁ, E.; VEČEREK, V. Comparison of outcome data for shelter dogs and cats in the Czech Republic. **Animals**, v. 9 , p. 595. 2019.

VOSLAROVA, E.; ZAK, J.; VECEREK, V.; BEDANOVA, I. Breed Characteristics of Abandoned and Lost Dogs in the Czech Republic, **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 18, n. 4, p. 332-342. 2015.

WEISS, E.; GRAMANN, S.; SPAIN, C.V.; SLATER, M. Goodbye to a Good Friend: An Exploration of the Re-Homing of Cats and Dogs in the US. **Open J. Anim. Sci.** v. 5, p. 435–456. 2015.

WELLS, D.; HEPPEL, P. G. The Behaviour of Dogs in a Rescue Shelter. **Animal Welfare**. v. 1, n. 3, p. 171-186. 2023.

WEISS, E.; MOLEIRO, K.; MOHAN-GIBBONS, H.; VELA, C. Why Did You Choose This Pet?: Adopters and Pet Selection Preferences at Five United States Animal Shelters. **Animals**, v. 2 , p. 144-159. 2012.

WEISS, E.; SLATER, M.R.; GARRISON, L.; DRAIN, N.; DOLAN, E.D.; SCARLETT, J.M.; ZAWISTOWSKI, S.L. Large Dog Relinquishment to Two Municipal Facilities in New York City and Washington, D.C.: Identifying Targets for Intervention. **Animals**, v. 4, p. 409–433. 2014.

WOODRUFF, K.; SMITH, D.R. An Estimate of the Number of Dogs in US Shelters in 2015 and the Factors Affecting Their Fate. **J. Appl. Anim. Welf. Sci.** v. 23, p. 302–314. 2019.

ZAK, J.; VOSLAROVA, E.; VECEREK, V.; BEDANOVA, I. Sex, age and size as factors affecting the length of stay of dogs in Czech shelters. **Acta. Vet. Brno**. v. 84, p. 407–413. 2015.

Exemplo de ficha de cadastro ilustrativa como segue abaixo:

FICHA DE CADASTRO DO ANIMAL - (Nome)									
Espécie	Sexo	Porte	Castrado (a)		Peso (kg)	Idade	Motivo do resgate		Permanência na ONG (dias, meses, anos)
			() sim	() não			() abandono	() maus tratos	
Comportamento do Animal									
Agressividade na captura			Comportamento no abrigo				Comportamento em grupo		
() sim	() não	() não sabe	() dócil	() agressivo	() apático	() interativo	() dominador	() submisso	

Essa ficha será elaborado apenas após todas as propostas apresentadas pelos residentes, a ilustração acima é apenas para demonstrar aspectos que serão exigidos pelo professor orientador na ficha de cadastro definitiva para atender a ação propostas no projeto. Para a ficha de vacinação e vermifugação será seguido modelo semelhante. A agressividade na captura será um questão comportamental abordada aos membros atuantes nas ONG's de acordo com as informações do motivo do resgate